

	Novação de obrigação solidária	Novação obrigação divisível	Novação de obrigação indivisível
Pluralidade de devedores	Obrigação se mant�m somente em rela�o àqueles que participaram da nova�o, os demais estão exonerados (art. 365 do CC).	Nas obriga�es divisíveis o credor somente tem o direito de exigir a quota correspondente a cada devedor, assim a nova�o efetuada com um dos devedores � irrelevante para os demais (art. 257 do CC).	H� omissão legislativa. Diz Caio Mario: “se ela � indivisível, o princípio não � o mesmo (da solidariedade). Mas, pela impossibilidade da presta�o parcial, a nova�o beneficia os demais devedores de uma soluço que os exonera”. Pontes de Miranda, contudo, parece ter posicionamento de que a nova�o de d�vida indivisível na hipótese de pluralidade de devedores não exoneraria todos os devedores, quando afirma que: “No direito alemão, se a presta�o � indivisível, as d�vidas são solidárias (...). Não há tal regra jurídica no direito brasileiro. Cada um � obrigado pela d�vida toda (Código Civil, art. 891)”.
Pluralidade de credores	Como o credor tem direito de exigir a presta�o por inteiro (art. 267 do CC) e a nova�o � meio de cumprimento das obriga�es, a rela�o externa perante o devedor se extingue, mantendo-se a rela�o interna entre os credores.	Nas obriga�es divisíveis cada credor somente tem o direito de exigir a sua quota do devedor, assim a nova�o efetuada com um dos credores � irrelevante para os demais.	Art. 262. Se um dos credores remitir (novar, vide parágrafo único) a d�vida, a obriga�o não ficará extinta para com os outros; mas estes são a poderão exigir, descontada a quota do credor remitente.